OPEN ACCESS

PUCRS | ESCOLA DE HUMANIDADES

CIVITAS
Revista de Ciências Sociais
Programa de Pós-graduação em Sociologia e Ciência Política

Civitas, Rev. Ciênc. Soc. 26: 1-12, jan.-dez. 2026
e-ISSN: 1984-7289 | ISSN-L: 1519-6089

DOSSIÊ: AS CIÊNCIAS SOCIAIS E O DEBATE PÚBLICO SOBRE RAÇA

# Mudanças de cânones e a busca por novas epistemologias para abordar a questão racial no Brasil: desafios e realidade

*Changes in canons and the search for new epistemologies to address the racial issues in Brazil: challenges and reality*

*Cambios en los cánones y la búsqueda de nuevas epistemologías para abordar las cuestiones raciales en Brasil: desafíos y realidade*

**Paulo Sérgio da Costa Neves**[1]
orcid.org/0000-0001-5489-6429
paulo.neves@ufabc.edu.br

**Enviado em:** 16 jun. 2025
**Aprovado em:** 13 out. 2025
**Publicado em:** 19 dez. 2025.

**Resumo:** Neste texto, busco refletir sobre mudanças que estão ocorrendo no seio das ciências sociais brasileiras em torno da chamada "questão racial", sobretudo em relação aos debates sobre o racismo e o antirracismo. Com efeito, nota-se, da parte de jovens pesquisadores, uma busca por novos cânones e por políticas de citações seletivas em termos de origem étnico-racial dos autores usados como referências das discussões. Usarei, para tal, diferentes evidências de pesquisas, além de minha própria experiência, não apenas como docente, mas também como membro da comissão de diversos prêmios e concursos da área.

**Palavras-chave:** Questão racial. Ciências sociais. Novos cânones. Jovens intelectuais.

**Abstract:** In this text, I seek to reflect on changes that are occurring within the Brazilian social sciences regarding the so-called "racial question," especially in relation to debates on racism and anti-racism. Indeed, it is noticeable that young researchers are seeking new canons and selective citation policies in terms of the ethnic-racial origin of the authors used as references in the discussions. To this end, I will use different research evidence in addition to my own experience not only as a teacher, but also as a member of the committee for various awards and competitions in the field.

**Keywords:** Racial question. Social sciences. New canons. Young intellectuals.

**Resumen:** En este texto, busco reflexionar sobre los cambios que se están produciendo en las ciencias sociales brasileñas en torno a la llamada «cuestión racial», especialmente en relación con los debates sobre racismo y antirracismo. En efecto, se observa que los jóvenes investigadores buscan nuevos cánones y políticas de citación selectivas en función del origen étnico-racial de los autores citados en las discusiones. Para ello, recurriré a diversas investigaciones, además de mi propia experiencia como docente y como miembro del comité de varios premios y concursos en el campo.

**Palabras clave:** Cuestión racial. Ciencias Sociales. Nuevos cânones. Jóvenes intelectuales.

## Introdução

As interações entre as ciências sociais e humanas com as questões de uma época sempre foram caminhos de mão dupla. Se, por um lado, sabemos que as condições socioeconômicas, culturais e políticas de uma época interpelam os pesquisadores a desenvolverem lentes interpretativas sobre as situações vivenciadas; por outro, como nos alertava Giddens (2013) sobre a dupla hermenêutica dessas ciências, esses

Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob a licença CC-BY 4.0, que permite a cópia e redistribuição do material em qualquer formato e para qualquer finalidade, desde que a autoria original e os créditos de publicação sejam mantidos.

[1] Universidade Federal do ABC (UFABC), São Bernardo do Campo, SP, Brasil.

conceitos influenciam a vida social, na medida em que os atores sociais deles se apropriam e fazem uso. Da mesma forma, para alguns autores (Santos 1989), estaríamos em um momento histórico em que as ciências teriam alcançado um nível tal de popularização que faria com que os debates científicos não fossem mais uma prerrogativa apenas dos pesquisadores e especialistas, tornando-se temas do debate público.

Esse diálogo é percebido por pesquisadores que investigam comunidades e grupos subalternizados. Há relatos de comunidades que só aceitam colaborar nas pesquisas se houver o compromisso de que as versões finais dos relatórios passarão pelo crivo de alguém indicado pela comunidade; ou seja, só se o pesquisador aceitar que não pode dizer algo que seja considerado impróprio pelo grupo. Há mesmo o relato de uma doutoranda que não conseguiu entrevistar alguns atores de uma comunidade quilombola urbana sob a alegação de que não dariam informações que poderiam ser utilizadas em algum momento por jovens quilombolas, caso eles venham a ingressar nas universidades e queiram estudar a situação local. Essa desconfiança com as ciências sociais pode ser traduzida pela expressão muito comum nas redes sociais: "Nada sobre nós sem nós". Expressão inicialmente usada pelos movimentos de pessoas com deficiência, mas difundida amplamente para outros segmentos sociais.

Começo este artigo evocando essa discussão porque creio que, em muitos sentidos, ela nos ajuda a entender as transformações pelas quais passam as ciências sociais na atualidade. De fato, o desenvolvimento das tecnologias digitais propiciou a criação de redes comunicacionais interativas capazes de publicizar opiniões e debates de forma quase instantânea e em uma escala bem acima da que os meios tradicionais de difusão científica possibilitam. Com isso, polêmicas sobre temas tradicionalmente associados às ciências humanas e sociais popularizaram-se rapidamente. Isso é verdade sobretudo em relação a assuntos ligados a gênero, raça e sexualidade, mas não apenas. Também disputas sobre capitalismo e economia, política e democracia, violência e segurança pública, entre outras, tornaram-se cada vez mais frequentes nas redes sociais, extravasando muitas vezes para o mundo acadêmico, o que tem modificado sobremaneira o fazer de docentes e pesquisadores das ciências humanas e sociais, como veremos a seguir.

Meu objetivo aqui é tomar esses exemplos, entre muitos outros que vivi pessoalmente ou que colegas professores e professoras relatam, como um sintoma de uma transformação recente nas ciências sociais no Brasil, mas não apenas.

Para isso, buscarei refletir sobre mudanças que estão ocorrendo no seio das ciências sociais brasileiras em torno da chamada "questão racial", sobretudo em relação aos debates sobre o racismo e o antirracismo. Com efeito, nota-se, da parte de jovens pesquisadores, uma busca por novos cânones e por políticas de citações seletivas em termos de origem étnico-racial dos autores usados como referências nas discussões. Usarei, para tal, uma démarche que está assentada em pesquisas junto a jovens estudantes nas universidades públicas sobre reclassificação racial e em uma experiência como docente e como membro de diversos prêmios e concursos da área.

Por trás dessas mudanças, há uma maior diversificação de olhares sobre temas cruciais de nossa contemporaneidade. De fato, é cada vez mais evidente que precisamos repensar nossos modelos de análise e de pensamento para dar conta de dimensões cruciais da realidade social que tiveram pouco espaço na tradição clássica das ciências sociais, a exemplo das questões de gênero, raça, etnia, sexualidade, deficiência etc.

Essas temáticas tornam-se cada vez mais importantes para pensar o mundo contemporâneo, na medida em que diversos atores sociais ganham proeminência nos debates públicos, reivindicando igualdade, respeito, reconhecimento, representatividade, entre outras demandas. Não estamos longe aqui das teorias sociais que buscam dar visibilidade ao modo como os atores sociais se veem e representam o mundo, a exemplo das teorias pragmatistas (Boltanski 1993), do reconhecimento (Honneth 1997) e do sujeito (Touraine 1994).

Em outros termos, a teoria social, tal como fora

pensada e praticada até os anos 1980-1990, está sendo confrontada e reconfigurada pelas demandas e reivindicações de grupos que não se veem nas caracterizações que as ciências sociais fazem deles, seja no nível dos conceitos e abordagens, seja ainda no nível da representatividade dos/das pesquisadores/as.

## As ciências sociais e a questão racial

O tema das relações raciais é uma das questões-chave para se entender a constituição das ciências sociais no Brasil. As obras de autores tão diversos como Gilberto Freyre (2003), Florestan Fernandes (1978), Thales de Azevedo (1996), Guerreiro Ramos (1957, 2023), Clóvis Moura (2019), Oracy Nogueira (1998), Costa Pinto (1953), Ruth Landes (2002), Edison Carneiro (2008), Carl Degler (1976), Roberto DaMatta (1979), Roberto Cardoso de Oliveira (1996), Fernando Henrique Cardoso (2003), Otávio Ianni (1988), Carlos Hasenbalg (1979), Lélia Gonzalez (2020), Abdias do Nascimento (1981) e Donald Pierson (1971) mostram o peso que essa discussão teve para as várias narrativas sobre a história e o processo de formação do país. Pensar a questão racial era, pois, para os pioneiros das ciências sociais, um modo de compreender o que era o Brasil, como ele se tornara o que se tornou e sua viabilidade como nação.

A centralidade disso nunca foi tão visível como nas últimas décadas. A polêmica sobre as ações afirmativas no início dos anos 2000, as políticas públicas de combate ao racismo na educação, na área fundiária, nos empregos públicos, na política indigenista etc. foram momentos importantes para essa discussão. Na atualidade, as denúncias sobre a violência policial contra a população negra, a política de contestação dos direitos à terra de grupos tradicionais (quilombolas, indígenas etc.), a falta de medidas para impedir o avanço de pandemias entre a população indígena ou as controvérsias sobre quem tem direito a usar certos símbolos ou falar sobre determinados tópicos raciais mostram o quanto esse debate ganhou relevância na agenda pública e se tornou uma questão sensível, capaz de provocar sofrimento, indignação, estereotipação e/ou resistências.

Todas essas mudanças sobre a compreensão das questões étnico-raciais exigem que exercitemos mais do que nunca a imaginação sociológica da qual nos falava C. Wright Mills (1982). Esse desafio, que nos interpela de forma visceral enquanto pesquisadores individuais, tem um peso ainda maior para associações científicas como a Sociedade Brasileira de Sociologia, a Associação Brasileira de Antropologia, a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, a Associação Brasileira de Ciência Política, etc., que congregam uma gama muito variada de pesquisadores, muitos dos quais envolvidos em debates e discussões sobre a questão racial no país e que têm realizado diferentes formas de debates sobre o tema nos últimos anos.

Não seria exagero afirmar que essas transformações ganharam maior visibilidade após o início dos anos 2000, com a introdução das políticas de cotas nas universidades. Implantadas em universidades públicas a partir de 2002, com as experiências inovadoras das estaduais do Rio de Janeiro e da Bahia, elas rapidamente tornaram-se um modelo de política pública visando favorecer o acesso de estudantes oriundos de classes populares e negros ao ensino superior. Esse processo gerou, como se sabe, um intenso debate no seio da sociedade brasileira acerca dos efeitos dessas medidas para a redução das desigualdades entre brancos e negros, bem como sobre as sociabilidades hegemônicas no país (para muitos, isso geraria um crescimento dos conflitos raciais, enquanto para outros isso ajudaria a desmascarar as múltiplas faces do racismo no país).

Esse processo de transformação das ações afirmativas como políticas públicas legítimas se consolida com a votação, pelo Supremo Tribunal Federal, da constitucionalidade das cotas para negros em 2012, bem como com a aprovação, ainda em 2012, da lei das cotas, que tornou obrigatórias as ações afirmativas para estudantes de escolas públicas, com cortes raciais e de renda, em todas as Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes). Além disso, a adoção de cotas para alunos negros em várias pós-graduações a partir dos anos 2010, somada à lei que impunha a reserva de 20% das

vagas para os concursos públicos na esfera federal em 2014,[2] demonstram que as ações afirmativas não se limitam mais aos processos de entrada nas graduações das universidades públicas, tornando a questão muito mais complexa do que era quando da implantação das primeiras experiências no início dos anos 2000.

O alcance das ações afirmativas vai além das universidades, principal espaço em que essas políticas foram gestadas e implantadas. O indício mais visível dessa influência talvez seja o rápido crescimento de pretos e pardos nos últimos censos e na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Embora muito ainda tenha de ser pesquisado para mapear as causas desse crescimento, não é uma hipótese sem sentido atribuir às mudanças provocadas pela implantação das ações afirmativas um peso com alguma relevância nesse processo.

Desde os anos 1950, movimentos sociais e grupos de intelectuais tentavam desconstruir o modo como os discursos sobre as relações raciais no país foram construídos a partir dos anos 1930. Nesses discursos, a mestiçagem aparecia como um ideal a ser atingido e a prova da inexistência de preconceito racial no país, o que foi contestado por intelectuais como Florestan Fernandes ou pelos discursos de grupos como o Teatro Experimental do Negro, entre outros atores importantes desse cenário.

Nas narrativas que surgirão a partir dos anos 1970, afirmar-se-á que o racismo era parte constitutiva da história do país e que a valorização da mestiçagem por si mesma era uma forma de pôr em marcha um processo de branqueamento da população, tanto físico quanto simbólico. De igual forma, insistir-se-á no fato de que todos os afrodescendentes eram "negros", uma vez que sofriam os mesmos efeitos das desigualdades e do racismo. Tendo como lastros argumentativos os estudos acadêmicos de base quantitativa e histórica (cujos pioneiros foram Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle Silva), esse modo de entender a questão racial no Brasil se consolida institucionalmente com a aceitação, por órgãos governamentais, de que o racismo era uma realidade concreta e de que as categorias censitárias para raça/cor "preto" e "pardo" poderiam ser consideradas como parte de uma categoria homogênea mais ampla: "negros".

Esse é um pano de fundo que influenciou a emergência das ações afirmativas e que, de igual modo, foi influenciado pelo aparecimento delas. Assim, após mais de 20 anos de ações afirmativas, há que se reconhecer as profundas mudanças que elas acarretaram para a sociedade brasileira e, ao mesmo tempo, seus limites e contradições.

## Ações afirmativas e emergência de novos paradigmas?

Dito isso, a bem da verdade, não podemos falar de uma completa novidade em relação aos debates sobre raça. Afinal, apesar dos trabalhos pioneiros de W.E.B. Du Bois (2021) já no final do século 19, o tema não aparece nos autores considerados como pais fundadores das ciências sociais, com a exceção de Max Weber, que, de acordo com Appiah (2014) e outros comentadores, conheceu W.E.B. Du Bois e foi por ele influenciado na sua interpretação da sociedade americana. A temática racial começa a fazer parte da tradição socioantropológica hegemônica nos anos 1920, com os primeiros trabalhos da Escola de Chicago sobre o tema.

No Brasil, essa temática é fundante das ciências sociais, como sabemos. Isso tanto na vertente que remonta a Sílvio Romero e Nina Rodrigues, ainda influenciados pelas teses racialistas do século 19, quanto nos estudos após os anos 1930, com um número importante de pesquisadores brasileiros e norte-americanos que se dedicaram à temática. Isso se deu em parte graças ao contato de pesquisadores brasileiros com o pensamento socioantropológico norte-americano, seja pela vinda de pesquisadores desse país para o Brasil, tentando entender a dinâmica das relações raciais nestas plagas, seja pela ida de pesquisadores brasileiros para realizar seus estudos nos Estados Unidos (Gilberto Freyre e Oracy Nogueira são os casos mais conhecidos), o que vai marcar sobremaneira a evolução do debate sobre racismo e raça no Brasil.

[2] Esse percentual passa a ser de 30% desde 2025.

Seja como for, a temática racial esteve presente nas discussões sobre as ciências sociais no país de forma perene no século 20. O que vai ser novidade nas duas últimas décadas não é tanto a presença da temática no debate, mas, sim, o modo como ela aparece. A partir da introdução das ações afirmativas nos anos 2000, o número de estudantes negros e negras cresce, o que leva à formação de intelectuais oriundos desse grupo, bem como de indígenas e outras minorias.[3]

A maior presença de intelectuais não brancos na academia tem favorecido a busca por novas teorias e autores negros de preferência. Assim, autores como W.E.B. Du Bois e Frantz Fanon são redescobertos, ao mesmo tempo em que as feministas negras norte-americanas como Angela Davis, bell hooks, Patricia Hill Collins ou os autores vistos como pós-coloniais Stuart Hall, Appiah, Gilroy, Mbembe etc. são cada vez mais citados. Na mesma direção, em nível nacional, nomes como Abdias Nascimento, Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Neusa Santos Souza, Clóvis Moura, Guerreiro Ramos, Kabengele Munanga, Suely Carneiro, Sílvio Almeida, Djamila Ribeiro etc. tornam-se lugar comum na literatura mobilizada, indicando que esses autores, considerados no passado como excessivamente militantes, tornaram-se mais palatáveis para o mundo acadêmico.

Isso se traduz em uma intensa atividade editorial nos últimos anos, com a edição ou reedição de obras icônicas. Assim, por exemplo, obras como As almas do povo negro, O negro da Filadélfia e A igreja negra, de W.E.B. Du Bois (2021; 2023; 2024), vieram a lume pela primeira vez em português. Da mesma forma, vieram a lume: O marxismo negro, de Cedric J. Robinson (2023); Uma história da revolução pan-africana, de C. L. R James (2023); Discurso sobre o colonialismo, de Aimé Césaire (2020); Escritos políticos, de Frantz Fanon (2021), o qual teve relançadas novas traduções de Pele negra, máscaras brancas e Os condenados da terra (Fanon 2020; 2022); Negro sou: a questão étnico-racial e o Brasil, coletânea com escritos de Guerreiro Ramos (2023); Por um feminismo afro-latino-americano, com textos compilados de Lélia Gonzalez (2020); Uma história feita por mãos negras, com textos reunidos de Beatriz Nascimento (2021), entre outras dezenas de livros publicados.

Não temos espaço aqui para aprofundar esse ponto, mas isso demonstra claramente que o campo intelectual se diversificou e que diferentes teorias circulam nesse espaço. Essa intensa atividade editorial expressa não apenas o crescimento do público leitor de textos versando sobre a temática étnico-racial, como também a "redescoberta", nos meios intelectualizados, dessas questões e de autores que, até então, permaneciam como objetos de estudo de alguns poucos especialistas. Mostra, além disso, a importância do debate sobre o cânone, sobre o que deve ser visto como relevante para as ciências sociais contemporâneas.

Tudo isso parece ter implicações importantes para o modo como as ciências sociais se constituem e como são provocadas pelos jovens pesquisadores não brancos. Assim, por exemplo, noções como "necropolítica", "racismo estrutural", "interseccionalidade", "lugar de fala" e "capitalismo racial" tornaram-se lugares-comuns em muitos estudos sobre a temática, como provam as teses que utilizam esses conceitos.

Em pesquisa realizada no banco de teses da Capes, o número de teses e dissertações das ciências sociais, a partir de 2010, que têm esses termos como palavras-chave é impressionante: a) necropolítica, com 560 (sendo 389 a partir de 2020); b) racismo estrutural, com 896 (sendo 770 desde 2021); c) interseccionalidade, com 2.677 (2.368 entre 2019 e 2024); d) lugar de fala, com 2.659 (1.249 a partir de 2019); e e) capitalismo racial, com 346 (com 271 entre 2019 e 2024). Conceitos como decolonialidade, com 3.475 (3.231 entre 2020 e 2024), feminismo negro, com 1.092 (948 entre 2020 e 2024), negritude, com 790 (495 entre 2019 e 2024), branquitude, com 560 (492 entre 2019 e 2024) e colorismo, com 956 (903 entre 2019 e 2023) seguem o mesmo padrão. O que esses da-

[3] De acordo com pesquisa da Andifes - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (2019), o percentual de estudantes negros nas Ifes cresceu entre 2003 e 2008, passando de 34% para 51% do total de estudantes.

dos nos mostram é que o uso desses conceitos cresce sobretudo a partir de 2019, período em que o debate sobre a adoção de políticas afirmativas na pós-graduação também aumenta.

## Mudanças nas condições de produção das ciências sociais

Feita esta constatação, a questão que se coloca é: há novos paradigmas em torno do debate sobre raça e racismo nas sociedades contemporâneas, ou trata-se apenas de uma mudança de literatura citada? Não há respostas simples para essa questão, até porque estamos em pleno processo de mudanças. Há, certamente, uma mudança de foco. Para muitos autores atuais, a raça tornou-se um conceito incontornável para se pensar a modernidade (Dussel 1993; Grosfoguel 2005; 2016; Mbembe 2002; Mills 2023; Mignolo 2003; Quijano 1992, entre muitos outros). Não é uma mera coincidência, portanto, que os conceitos citados anteriormente tenham ganhado tanta notoriedade nos últimos anos, nem que os autores ditos militantes no passado tenham se tornado referência bibliográfica de estudos acadêmicos.

Da mesma forma, dada a primazia que os autores decoloniais dão ao tema das hierarquias raciais, o tema da decolonialidade tornou-se presente em muitas das discussões que têm lugar nas ciências sociais do país. Embora haja diferentes formas de se pensar a decolonialidade, muitos de nossos estudantes a entendem como uma mudança em relação à bibliografia, não sendo raros os que se orgulham de citar apenas mulheres, ou negros e negras, ou indígenas.

Todavia, apesar de uma política de citação seletiva, com primazia a autores e autoras não brancos, é evidente que muitas dessas formulações dialogam e são desdobramentos de teorias clássicas das ciências sociais (para citar apenas os mais evidentes, teríamos Marx, Foucault, Gramsci, Derrida, Deleuze e outros ditos pós-estruturalistas).

Ou seja, não há ainda mudanças paradigmáticas, ao menos no sentido kuhniano do termo (Kuhn 2013). Mesmo quando os chamados "clássicos" das ciências sociais não são citados, eles ainda informam muitas das discussões vigentes nas nossas disciplinas. O que não é uma surpresa: afinal, nenhuma teoria ou abordagem surge do nada, do vácuo absoluto. Talvez o reconhecimento de suas bases teóricas seja o primeiro passo para qualquer teoria se desenvolver.

Não quero aqui menosprezar a importância de mudanças temáticas, mas o meu ponto é até que medida essas mudanças implicam transformações no nível da prática concreta de pesquisa dos cientistas sociais e de outras ciências humanas. Que implicações metodológicas as mudanças temáticas ou a ampliação canônica trazem para a prática de pesquisa cotidiana?

Colocar a questão nesses termos nos ajuda a entender as novidades das novas teorias e as suas dívidas em relação às distorções existentes na sociedade e à tradição metodológica clássica. Isso se opõe também a visões estereotipadas das sociedades não europeias ou norte-americanas (Said 2008), da mesma forma que nos leva a entender o colonial como presente em diferentes esferas da vida social (na política, nas relações internacionais, na literatura, nas representações sobre os não europeus etc.). Mas o ponto que queremos realçar não são as teorias em si, mas, sim, o uso delas no atual quadro das ciências sociais brasileiras, sobretudo por jovens pesquisadores que pretendem descartar autores vistos como coloniais.

Venho argumentando junto a meus alunos que dar visibilidade a autores e autoras não reconhecidos(as) em seu tempo não implica necessariamente jogar na lata de lixo o que as ciências tidas como coloniais fizeram no passado. Por exemplo, em seu trabalho exemplar sobre os negros na Filadélfia, W. E. B. Du Bois (2023) usou muitos dos métodos que eram parte de uma tradição de pesquisa de uso de dados estatísticos comparável ao trabalho de Durkheim (2005) sobre o suicídio.

Algo que também é cada vez mais comum no âmbito das ciências sociais é dar o mesmo estatuto explicativo ao conhecimento produzido por movimentos sociais e ao produzido na academia. Isso faz parte das premissas teóricas de algumas correntes atuais nas ciências humanas e na filosofia. A indistinção entre a ciência e a não ciência, em

diversas correntes, baseia-se de fato em autores como Paul Feyerabend (1991), Paulo Freire (1986) ou Boaventura de Sousa Santos (1989), entre outros autores ditos pós-modernos ou decoloniais. Como nos diz Santos (1987, 20-21):

> (a) ciência pós-moderna sabe que nenhuma forma de conhecimento é, em si mesma, racional; só a configuração de todas elas é racional. Tenta, pois, dialogar com outras formas de conhecimento, deixando-se penetrar por elas. A mais importante de todas é o conhecimento do senso comum, o conhecimento vulgar e prático com que, no quotidiano, orientamos as nossas acções e damos sentido à nossa vida. A ciência moderna construiu-se contra o senso comum, que considerou superficial, ilusório e falso. A ciência pós-moderna procura reabilitar o senso comum por reconhecer nessa forma de conhecimento algumas virtualidades para enriquecer a nossa relação com o mundo. É certo que o conhecimento do senso comum tende a ser um conhecimento mistificado e mistificador mas, apesar disso e apesar de ser conservador, tem uma dimensão utópica e libertadora que pode ser ampliada através do diálogo com o conhecimento científico. Essa dimensão aflora em algumas das características do conhecimento do senso comum.

Independentemente dos debates epistemológicos que possam surgir, essa homogeneização dos conhecimentos favorece a internet e as redes sociais, onde diversos intelectuais não acadêmicos atuam intensamente. Com isso, o campo das relações raciais é povoado não apenas por pesquisadores das ciências sociais, mas também por intelectuais não acadêmicos que promovem uma forma de conhecimento cuja legitimidade é avaliada pelo número de likes e por uma lógica de conformidade com o que se espera que seja dito sobre um tema em determinado momento. Os efeitos disso sobre o campo ainda estão por ser avaliados, mas decerto trazem dilemas novos para a prática dos pesquisadores da área (Guimarães et al. 2020).

Mas, afinal, a diversificação do cânone leva necessariamente ao fim das ciências sociais na forma como as conhecemos até muito recentemente? Creio que a noção de ciência como um pensamento sistemático, neutro e superior às percepções dos atores sociais está em crise. Há novas teorias e epistemologias no mercado científico, como vimos. Nelas, o saber popular é visto como capaz de produzir conhecimento sobre a realidade social com o mesmo status das ciências sociais. Da mesma forma, há uma espécie de "etnicização e popularização do conhecimento científico", na qual o saber deveria ser marcado pela origem de quem o produziu ou pela origem geográfica de onde vem.

Isso estaria levando a uma maior aceitação de teorias e autores emergentes no meio científico e acadêmico. O risco aqui é tornar-se preponderante a ideia de que a ciência visa não a confrontar a realidade para fazer diagnósticos (sempre parciais, engajados e limitados) do mundo social, mas a justificar posições político-ideológicas dos autores, colocando os dados empíricos em segundo plano. Nesse sentido, o engajamento crítico seria visto como o principal critério de justificação científica, o que nos leva a um velho debate sobre a impossibilidade, ou não, da neutralidade axiológica que Max Weber (1999) defendia para o conhecimento científico.

Não são raros os casos de alunos e pesquisadores que se gabam de só citar autores e autoras negros e negras, indígenas, oriundos do Sul Global etc. Para eles, as ideias de um autor ou autora não se dissociam de suas vidas, de suas origens étnico-raciais ou geográficas, de suas posições político-ideológicas ou de seus comportamentos na vida social em relação a mulheres, grupos racializados e outras minorias. Há mesmo casos de autores que eram considerados progressistas e aliados de mudanças canônicas e que, por causa de escândalos envolvendo assédio, passaram a ser vistos como *personas non gratas* nas bibliografias e citações. Em outros termos, "foram cancelados".

Há também os casos em que se busca, a todo custo, fazer coincidir uma teoria ou conceito com o que os dados empíricos nos parecem dizer. Conceitos forjados muitas vezes para explicar realidades diferentes da nossa ganham uma presença marcante em muitas das explicações sobre as características do racismo no Brasil. O irônico aqui é que se reproduz, assim, o mesmo princípio criticado no "pensamento colonizado": importar

conceitos e teorias para explicar realidades diferentes.

Até que ponto essas novas epistemes serão capazes de explicar dados contextuais e historicamente constituídos, ou dar respostas para desafios sociais, ecológicos, históricos, econômicos, etc. que caracterizam a contemporaneidade? Isso significa dizer que as várias teorias em voga já estão e serão cada vez mais tensionadas pela sua capacidade explicativa das transformações sociais em curso. Isso é, em última instância, o que é usado como parâmetro para pensar o quanto uma teoria explicativa é apropriada ou não como discurso científico. Afinal, essa relação entre teoria e empiria é uma marca identitária e ideológica do discurso científico. Certamente, a discussão midiática sobre as pós-verdades e o relativismo extremo está aí para mostrar que esse não é um caminho em linha reta.

Talvez a expectativa de Macé (2024) sobre a possibilidade de se construir uma sociologia não hegemônica e global ao mesmo tempo, capaz de superar a oposição entre o mito do universal, construído em torno da modernidade europeia, e o mito do situado, como querem muitas das versões decoloniais em voga, seja um caminho possível. Se não há universal nos termos ocidentais, que tomavam como modelo a ordem social que se queria moderna, tampouco podemos negar a circulação de ideias e de populações ao longo da história, tornando o situado e o local momentos específicos dessa circulação. Cada momento é, ao mesmo tempo, situacional e globalizado. Não há tradição que não seja reatualização de situações em que diversas culturas e indivíduos de origens diferentes se entrecruzaram, com relações de poder e de dominação mais ou menos explicitadas. Nessa perspectiva, querer limitar as análises das ciências sociais ao modo como cada sociedade, comunidade ou grupo se pensa é reduzir a análise aos discursos de autolegitimação dos grupos, perdendo-se, assim, a criticidade que fundou as ciências sociais.

Esses dilemas que se colocam na atualidade não se restringem ao Brasil. Ocorre também em escala mundial, como se vê no caso sul-africano (Neves et al. 2019), onde movimentos estudantis buscam "descolonizar" os currículos, embora ainda sem muito sucesso.

Em termos pedagógicos, isso significa não se restringir aos clássicos das disciplinas, incorporando autores que nem sempre vêm das tradições acadêmicas mais consolidadas, mas também não abandonar os clássicos e os autores que no passado estudaram temas ainda hoje atuais.

No âmbito dos estudos sobre relações raciais, essa postura, partilhada por muitos pesquisadores da área, leva a não ostracizar os pesquisadores que desde os anos 1940 se inquietaram com o tema e com a situação do racismo na sociedade brasileira. Significa ainda ler autores norte-americanos e de outras regiões, brancos ou negros, mas sem reproduzir a lógica colonial que tanto se critica na atualidade em relação aos autores europeus: a de considerar a sociedade brasileira como epifenômeno do que se passa alhures. É nessa linha tênue em que os pesquisadores das ciências sociais se encontram que análises realmente inovadoras e pertinentes poderão surgir.

## À guisa de conclusão: qual ciência social?

Como vimos, as ciências sociais brasileiras vêm passando por um processo profundo de reconfiguração. Essa transformação não se limita à incorporação de novos temas ou à expansão de seu público, mas atinge o próprio modo de produção, difusão e legitimação do conhecimento. Ao colocar em perspectiva essas mudanças, busquei refletir sobre como a questão racial e os debates sobre racismo e antirracismo têm operado como eixo articulador de novas sensibilidades, demandas epistemológicas e formas de fazer ciência.

Nesse sentido, o campo das ciências sociais, como observa Pierre Bourdieu (1983), é atravessado por disputas de poder simbólico que definem o que é válido como conhecimento e quem pode falar em nome dele. Atualmente, observamos um deslocamento significativo nesse equilíbrio: a chegada de novos atores tem tensionado os cânones estabelecidos, tanto do ponto de vista teórico quanto metodológico.

Esse processo está articulado a uma ampliação

dos recursos e do acesso institucional: políticas de ação afirmativa, expansão das universidades públicas e programas de pós-graduação mais inclusivos. Contudo, a transformação não é apenas quantitativa, mas sobretudo qualitativa. Como destaca Sueli Carneiro (2005), a presença de intelectuais negros e negras não se traduz apenas em maior representatividade, mas também na introdução de novas categorias analíticas e éticas.

Simultaneamente, os meios de difusão do conhecimento também mudaram. O ambiente digital – redes sociais, *podcasts*, vídeos curtos — tornou-se um espaço potente de produção e circulação de saberes. A "autoridade" da publicação acadêmica tradicional passou a ser disputada por outros formatos que, embora muitas vezes desprezados pela academia, atingem públicos mais amplos. Como afirmava Walter Benjamin (2012), ao discutir a reprodutibilidade técnica das obras de arte, a perda da "aura" original leva à dessacralização e à popularização do objeto cultural. Um paralelo pode ser traçado com o saber científico, que hoje circula com maior velocidade, mas também com maior superficialidade, em formatos que privilegiam a emoção, a narrativa pessoal e a identificação.

Nesse cenário, ganham força a autoetnografia, os relatos pessoais e a centralidade do sofrimento como categoria analítica. A vivência torna-se, muitas vezes, evidência, e os testemunhos passam a desempenhar papel central nas construções teóricas. Didier Fassin (2018), em seus estudos sobre a moral humanitária, aponta para o risco de uma "politização da dor" que, embora relevante, pode despolitizar a análise estrutural e obscurecer os mecanismos objetivos de dominação. Da mesma forma, Luc Boltanski (1993), ao discutir a "sociologia da denúncia", alerta para a substituição da análise empírica pela retórica da indignação.

Essa inflexão também se reflete na importação e no uso de conceitos estrangeiros. Há uma tendência a adotar esses conceitos de forma acrítica, como se sua universalidade dispensasse mediações com a realidade brasileira. Guerreiro Ramos (1957), já nos anos 1950, criticava a "redundância colonial" das ciências sociais brasileiras, que importavam teorias sem o devido esforço de recriação. Florestan Fernandes (1978) também insistia na necessidade de adaptar os instrumentos analíticos ao contexto nacional, sem renunciar à ciência, mas sem submeter-se a seus centros hegemônicos.

Outro aspecto relevante diz respeito à criação de conceitos por estudantes e jovens pesquisadores, muitas vezes com pouca base empírica ou respaldo teórico. O impulso de nomear e categorizar é legítimo, mas corre o risco de gerar inflacionamento conceitual e confundir mais do que esclarecer. Há uma profusão de termos que, embora metaforicamente engenhosos, necessitam de maior cuidado metodológico e de definição precisa para não se tornarem jargões vazios.

A conjunção desses fatores cria um ambiente de tensão interna nas ciências sociais. De um lado, a academia tradicional busca preservar sua legitimidade, seus métodos e suas formas de produção do saber. De outro, emergem vozes que questionam essas formas e reivindicam uma ciência mais engajada, mais situada e menos eurocêntrica. A crítica ao distanciamento da academia em relação ao debate público é crescente. Como competir com intelectuais que viralizam em redes sociais, influenciam políticas públicas e moldam o imaginário coletivo com *posts* e vídeos de poucos minutos?

O projeto de uma "sociologia pública", como propõe Michael Burawoy (2005), pode ser um caminho: uma ciência social que dialogue com audiências não acadêmicas, sem perder o rigor teórico e metodológico. Iniciativas como a popularização dos podcasts de divulgação científica indicam que há espaço para inovação.

Parece-me que nós, cientistas sociais, deveríamos fazer uma autocrítica honesta. Reconhecer nossas limitações, exclusões históricas de autores e autoras e dificuldades em dialogar com a sociedade não significa renunciar ao compromisso com a complexidade, a crítica e a empiria. Significa, antes, renovar-se, buscando uma ciência que seja ao mesmo tempo rigorosa, crítica, empírica e situada. Algo parece estar ocorrendo nesse sentido. Alguns colegas, e eu mesmo, que até bem recentemente viam como prática não acadêmica a inclusão em suas bibliografias de autores ne-

gros pouco reconhecidos no campo acadêmico, passaram a introduzir alguns desses autores em suas disciplinas. Isso não significa necessariamente a "morte dos clássicos", como alguns autores temem (Sell 2025), mas, antes, a emergência de novos clássicos, desnudando, assim, as relações de poder na nomeação do que seriam ou não "os clássicos".

De todo modo, há que se reconhecer que esse movimento de diversificação do cânone leva à redescoberta de autores e autoras que, apesar da evidente contribuição teórica e empírica, foram apagados da história das ciências sociais no país e no mundo. Isso nos torna mais ricos, amplia nosso repertório teórico e diversifica os olhares possíveis sobre a realidade que nos cerca. Essa maior pluralidade de autores, teorias e modos de interpretar o mundo é salutar para a criatividade dos pesquisadores e para o aparecimento de novas formulações explicativas de nossa realidade. Um exemplo disso é o fato de que questões como desigualdades, racismos, sexismos, capacitismos etc. ganharam novas compreensões a partir dessa fragmentação dos pontos de vista trazida pela renovação do cânone das ciências sociais.

É de se supor, portanto, que as demandas pela "descolonização" do saber que muitos pesquisadores buscam farão emergir teorizações inovadoras no seio do pensamento social. Nesse sentido, a valorização de "saberes locais" de grupos populares e de intelectuais orgânicos de movimentos sociais parece estar nessa direção. O grande risco é, como dissemos, esquecer autores críticos que nos ajudam a pensar a sociedade contemporânea, suas lógicas internas reprodutoras de desigualdades e hierarquias. É esse esquecimento que tem levado alguns autores e autoras a aderirem a uma lógica neoliberal para falar do racismo de forma acrítica.

Outro dilema dessas novas "teorias" reside justamente em dar conta das mudanças sociais que estamos vivenciando. Não basta citar autores e autoras negros e negras para explicar os fenômenos. Há que se demonstrar o quanto essas teorias são capazes de explicar a realidade social. O desafio está lançado!

## Referências


Appiah, Kwame Anthony. 2014. *Lines of descent: W. E. B. Du Bois and the emergence of identity* (The W. E. B. Du Bois Lectures). Harvard University Press.

Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. 2019. *V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e cultural dos (as) graduandos (as) das IFES* – 2018. Andifes. https://www.andifes.org.br/?p=79639.

Azevedo, Thales de. 1996. A*s elites de cor numa cidade brasileira: Um estudo de ascensão social & classes sociais e grupos de prestígio*. EDUFBA.

Benjamin, Walter. 2012. *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica*. Zahar.

Boltanski, Luc. 1993. *La souffrance à distance. Métailié*.

Bourdieu, Pierre. 1983. *O campo científico. In Pierre Bourdieu: Sociologia*, organizado por Renato Ortiz, 122-155. Ática.

Burawoy, Michael. 2005. For public sociology. *American Sociological Review* 70 (1): 4-28. https://doi.org/10.1177/000312240507000102.

Cardoso, Fernando Henrique. 2003. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Civilização Brasileira.

Carneiro, Edison. 2008. *Candomblés da Bahia*. Martins Fontes.

Carneiro, Aparecida Sueli. 2005. *"A construção do outro como não-ser como fundamento do ser."* Tese em Educação, Universidade de São Paulo ( USP).

Césaire, Aimé. 2020. *Discurso sobre o colonialismo*. Veneta.

DaMatta, Roberto. 1979. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rocco.

Du Bois, William Edward Burghardt. 2021. *As almas do povo negro*. Veneto.

Du Bois, William Edward Burghardt. 2024. *A igreja negra.* Recriar.

Du Bois, William Edward Burghardt. 2023. *O negro da Filadélfia*. Autêntica.

Durkheim, Émile. 2005. *O suicídio: estudo de sociologia.* Martin Claret.

Degler, Carl. 1976. *Nem preto nem branco: escravidão e relações raciais no Brasil e nos Estados Unidos*. Labor do Brasil.

Dussel, Enrique. 1993. 1492: *O encobrimento do outro. A origem do mito da Modernidade.* Vozes.

Fanon, Franz. 2020. *Pele negra, máscaras brancas*. Ubu.

Fanon, Franz. 2021. *Escritos políticos*. Boitempo.

Fanon, Franz. 2022. *Os condenados da terra*. Zahar.

Fassin, Didier. 2018. *La vie: Mode d'emploi critique*. Seuil.

Fernandes, Florestan. 1978. *A revolução burguesa no Brasil*. Zahar.

Feyerabend, Paul. 1991. *Adeus à razão.* Edições 70.

Freire, Paulo. 1986. *Pedagogia do oprimido*. Paz e Terra.

Freyre, Gilberto. 2003. *Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob regime da economia patriarca*l. Global.

Gonzalez, Lélia. 2020. *Por um feminismo Afro-Latinoamericano: ensaios, intervenções e diálogos*. Zahar.

Grosfoguel, Ramón. 2005. The implications of subaltern epistemologies for global capitalism: transmodernity, border thinking and global coloniality. In *Critical globalization studies*, organizado por Richard Appelbaum, e William Robinson. Routledge.

Grosfoguel, Ramón. 2016. *A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século 16*. Revista Sociedade e Estado 31(1): 25-49. https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100003.

Giddens, Anthony. 2013. A *constituição da sociedade.* 3a ed. Martins Fontes.

Guimarães, Antonio S, Flávia Rios, e Edilza Sotero. 2020. *Coletivos negros e novas identidades raciais*. Novos Estudos Cebrap 39 (2): 309-327. https://doi.org/10.25091/s01013300202000020004.

Hasenbalg, Carlos. 1979. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Graal.

Honneth, Axel. 1997. *Recognition and moral obligation*. Social Research 64 (1): 16-35.

Ianni, Octávio. 1988. *Escravidão e racismo*. Hucitec.

James, Cyril Lionel Robert. 2023. *Uma história da revolução Pan-Africana*. Veneta.

Kuhn, Thomas. 2013. A *estrutura das revoluções científicas.* Perspectiva.

Landes, Ruth. 2002. *A cidade das mulheres*. EDUFRJ.

Macé, Éric. 2024. *An invitation to non-hegemonic world sociology.* Rowman e Littlefield.

Mbembe, Achille. 2002. *Necropolítica*. N-1 Edições.

Mignolo, Walter. 2003. *Histórias locales/diseños globales: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo*. Akal.

Mills, Charles. 2023. *O contrato racial*. Zahar.

Mills, Charles Wright. 1982. *A imaginação sociológica.* Zahar.

Moura, Clóvis. 2019. *Sociologia do negro brasileiro*. Perspectiva.

Nascimento, Abdias. 1981. *Sitiado em Lagos: autodefesa de um negro acossado pelo racismo*. Nova Fronteira.

Nascimento, Beatriz. 2021. *Uma história feita por mãos negras*. Ensaios copilados por Alex Ratts. Zahar.

Neves, Paulo Sérgio da Costa, Laura Moutinho, e Lília K. M. Schwarcz. 2019. *Herança colonial confrontada: reflexões sobre África do Sul, Brasil e Estados Unidos*. Revista Estudos Feministas 27(3): e66960. https://doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n366960.

Nogueira, Oracy. 1998. *Preconceito de marca: as relações raciais em Itapetininga.* EDUSP.

Oliveira, Roberto Cardoso de. 1996. *Os índios no mundo dos brancos*. EDUNICAMP.

Pierson, Donald. 1971. *Brancos e pretos na Bahia.* Ed. Nacional.

Pinto, Luiz de Aguiar Costa. 1953. *O negro no Rio de Janeiro: relações de raças numa sociedade em mudança.* Companhia Editora Nacional.

Quijano, Aníbal. 1992. Colonialidad y modernidad-racionalidad. In *Los conquistados: 1492 y la poblacion indigena de las Americas,* organizado por Heraclio Bonilla. Tercer Mundo Ediciones.

Ramos, Alberto Guerreiro. 1957. *A redução sociológica*. Tempo Brasileiro.

Ramos, Alberto Guerreiro. 2023. Negro Sou: *A questão etnico-racial e o Brasil*. Zahar.

Robinson, Cedric. 2023. *O marxismo negro. Perspectiva*.

Said, Edward. 2008. *Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente*. Companhia das Letras.

Santos, Boaventura de Sousa. 1989. *Introdução a uma ciência pós-moderna.* Graal.

Santos, Boaventura de Sousa. 1987. *Um discurso sobre as ciências.* Cortez.

Sell, Carlos Eduardo. 2025. The destruction of the classics of sociology: democratization or homogenization? Revista Brasileira de Sociologia 13: e-rbs.1092. https://doi.org/10.20336/rbs.1092.

Touraine, Alain. 1994. *Crítica da modernidade*. Vozes.

Weber, Max. 1999. Economia e sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva. EdUnB.

**Paulo Sérgio da Costa Neves**

Doutor e mestre em Sociologia e Ciências Humanas pela Université Lumière Lyon 2, graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e professor titular da Universidade Federal do ABC (UFABC).

**Endereço para correspondência:**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
Alameda da Universidade, s/n
Anchieta, 09606-045
São Bernardo do Campo, SP, Brasil

**Disponibilidade de dados:**

Não se aplica

**Conflito de interesses**

Nada a declarar

**Como citar este artigo**

Neves, P. S. da C. Mudanças de cânones e a busca por novas epistemologias para abordar a questão racial no Brasil : desafios e realidade. Civitas: Revista de Ciências Sociais. https://doi.org/10.15448/1984-7289.2026.1.48251

**Editoras da revista**

Fernanda Bittencourt RibeiroTeresa

Cristina Schneider Marques

*Os textos deste artigo foram revisados pela Texto Certo Assessoria Linguística e submetidos para validação dos autores antes da publicação.*